



Imagem gerada por IA (*Midjourney*) a partir dos termos: 1960s new orleans, anarchic satirical romp

A MALANDRAGEM DA CLASSE TRABALHADORA

Ronie Aleksandro Teles da Silveira  [0000-0003-3046-655X](https://orcid.org/0000-0003-3046-655X)

Universidade Federal do Sul da Bahia

Resumo

Este artigo se propõe a identificar um padrão de ações que tem caracterizado a classe trabalhadora brasileira. Para isso, se lança mão de um uso difundido do termo *classe*. Esse uso conecta-se com algumas necessidades específicas que, no seu conjunto, compõem uma narrativa ocidental sobre o progresso. É contra o pano de fundo dessa narrativa que a classe trabalhadora brasileira vem sendo avaliada. Por isso, o juízo que resulta dessa comparação termina invariavelmente na indicação de alguma figura degradada ou inconclusa. Propomos aqui alterar esse pano de fundo adotando os procedimentos da própria cultura brasileira. Por meio dessa alteração, percebemos que é a malandragem que tem caracterizado as ações da classe trabalhadora brasileira: suas ações revelam oscilação, justaposição e esquivas em relação à consciência de si e a um padrão homogêneo de ações.

Palavras-chave

Classe trabalhadora; malandragem; cultura brasileira; justaposição; esquivas.

THE TRICKERY OF THE WORKING CLASS

Abstract

This article aims to identify a pattern of actions that has characterized the Brazilian working class. For this, a widespread use of the term class is used. This use connects with some specific needs that, as a whole, make up a Western narrative about progress. It is against the background of this narrative that the Brazilian working class has been evaluated. Therefore, the judgment resulting from that comparison invariably ends in the indication of any degraded or inconclusive figure. We propose here to change this background by adopting the procedures of Brazilian culture itself. Through this change, we realize that it is the trickery that has characterized the actions of the Brazilian working class: their actions reveal oscillation, juxtaposition and dodging in relation to self-awareness and a homogeneous pattern of actions.

Keywords

Working class; trickery; brazilian culture; juxtaposition; dodge.

Submetido em: 03/05/2023

Aceito em: 12/07/2023

Como citar: SILVEIRA, Ronie Aleksandro Teles da. A malandragem da classe trabalhadora. *(des)troços: revista de pensamento radical*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. e46053, jan./jun. 2023.



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Introdução

O conceito *classe* se tornou uma espécie de lugar comum no ambiente acadêmico das Ciências Humanas no Brasil. Mesmo além desse ambiente, o uso desse termo tornou-se fonte de explicações cotidianas para eventos sociais e políticos atuais. Esse texto se ocupará da modalidade mais ampla do uso do termo no Brasil – não exclusivamente acadêmico. Isso exigira apreender, na medida do possível, a sua utilização corriqueira para além de sua significação estritamente técnica.¹

Assim, o que nos interessa aqui não é propor uma discussão sobre o próprio conceito no seu uso técnico, e sim promover uma apreensão do conjunto de ideias que tornam possível seu uso difundido para além do ambiente acadêmico. Através dessa apreensão, nos habilitamos a propor uma maneira alternativa de descrever alguns eventos políticos recentes. Essa alternativa interpretativa envolve perceber a malandragem da classe trabalhadora brasileira.

Uma das evidências mais visíveis do uso difundido do termo *classe* diz respeito às explicações utilizadas para dar conta dos eventos recentes do nosso país. Refiro-me ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016, o governo de Michel Temer até 2018, a eleição e os anos desastrosos do governo de Jair Bolsonaro, entre 2019 e 2022. Para fornecer uma explicação para esses eventos se lança mão, com frequência, da *falta de consciência* da classe trabalhadora brasileira.

A participação de parte da *classe* trabalhadora na derrocada do governo de Dilma Rousseff se justifica, então, como um engano provocado intencionalmente pelas elites para evitar o acirramento de um viés socialmente comprometido, que teria caracterizado o início do segundo mandato dessa Presidente. Do mesmo modo, a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, vencendo no segundo turno o candidato Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores, tem sido explicada pelo fato de que muitos trabalhadores votaram contra seus próprios *interesses de classe*.

Seja qual for a variação específica de cada explicação corrente, a *classe* trabalhadora brasileira participa do ambiente político incorporando um personagem ingênuo: ela foi vítima das elites gananciosas, de uma prática religiosa cristã degradada, das notícias falsas que contaminaram a eleição presidencial de 2018 e, por fim, de sua própria incapacidade crítica para analisar a conjuntura das forças que se confrontaram naquela ocasião. Em nenhuma dessas ocasiões ela parece ter agido como *uma* classe coesa.

Esse padrão de explicações faz pouco caso da capacidade de julgamento dos membros da classe trabalhadora, porque em todas elas ela aparece como passiva, inconsciente, sonâmbula. Não é incomum que se faça referência a um comportamento irrefletido de rebanho – através do termo pejorativo *gado* para referir-se ao eleitorado bolsonarista.

A despeito do caráter não técnico dessa caracterização difundida acerca da classe trabalhadora, ainda assim ela compartilha de certa aura atual acerca do conhecimento científico. Esta aura supõe que os especialistas cientistas estão em melhores condições para fazer as avaliações corretas sobre nossa situação política – assim como sobre tudo o mais.

¹ LAMAS, *Classe em Marx e Engels*, 2022.

Isso não se apresenta exatamente como uma novidade em uma situação em que o conhecimento se especializou a tal ponto que ninguém mais é considerado apto para gerir de forma competente sua própria vida. Assim, necessitamos de um técnico que nos ensine como nos alimentar, como devemos educar nossos filhos, como devemos cuidar de nossa saúde, como devemos nos vestir, como devemos nos comportar à mesa, como devemos trabalhar etc. A vida gerida por técnicos, que dominam conhecimentos científicos específicos, revela diariamente nossa ignorância crônica sobre cada pequeno aspecto de nossa existência. O efeito da especialização da ciência é fazer parecer um milagre que tenhamos prosperado no planeta em função de nosso desconhecimento crônico sobre qualquer coisa.

Não se poderia esperar nada de muito diferente da classe trabalhadora, grande parte dela desprovida de formação científica. Afinal, se um engenheiro não sabe se alimentar nem educar seus filhos, por que a classe trabalhadora dessa mesma sociedade seria capaz de se posicionar adequadamente no interior de um complexo jogo de forças políticas? Se ninguém detém os conhecimentos básicos para saber o que é melhor fazer em situações extremamente simples, por que a classe trabalhadora saberia o que fazer em cada conjuntura crivada por múltiplos interesses? Ela certamente não possui as habilidades científicas e técnicas necessárias para isso.

O fato de tratarmos de questões de interesse coletivo não altera a situação de domínio técnico sobre a vida humana, nem minimiza nossa ignorância. Se é verdade que estamos imersos em situações políticas todo o tempo, também procede que não nos encontramos habilitados para discernir criticamente todos os elementos envolvidos em disputas eleitorais ou em conjunturas complexas. Em função dessa ignorância sobre os aspectos mais sofisticados das situações políticas é que a classe trabalhadora pode ser uma presa tão fácil das notícias falsas, da manipulação das elites, do uso de um cristianismo degradado etc.

A ampliação da falsificação de informações se beneficia do fato de vivermos na sociedade do conhecimento científico. Foi a expansão cultural e a especialização da ciência que tornaram qualquer assunto extremamente complexo para os leigos. Isto é, ela exige cada vez mais um preparo sofisticado que não está disponível para não cientistas. Se trata de que um cidadão não pode ser bem informado sobre as relações políticas em que vive se não tiver estudado ciência política. Ele não pode compreender as relações de produção e consumo sem haver estudado economia etc. Existe nessa situação contemporânea um crescente elitismo epistemológico em função do avanço do conhecimento científico sobre a vida cotidiana. À medida que esse último avança, se amplia nossa ignorância relativa sobre tudo que nos cerca. O desenvolvimento da ciência promove a ignorância entre os não cientistas.

Nesse contexto, o que se pode dizer de qualquer leigo também pode ser dito da classe trabalhadora: ela não estaria dotada dos conhecimentos necessários para se comportar no interior de uma conjuntura política complexa com o objetivo de defender seus próprios interesses. Enfim, seu comportamento tende sempre a manifestar ingenuidade e ignorância.

1. A existência ingênua da classe trabalhadora

Mas há algo nas explicações correntes acerca daqueles eventos recentes que extrapola essa avaliação negativa acerca das capacidades críticas da classe trabalhadora. No caso de ações que solicitam a orientação técnica de um alto grau de especialização científica, trata-se certamente de carência de conhecimentos. Assim, também não sabemos educar nossos filhos porque desconhecemos as melhores teorias psicológicas existentes. Não nos alimentamos bem porque não dominamos as últimas descobertas acerca da nutrição humana. No caso das ações irrefletidas da classe trabalhadora se trata de que ela desconhece as forças políticas que efetivamente estão atuando em uma situação específica. Ela não percebe o verdadeiro jogo de interesses e os compromissos envolvidos. Porém, sua falta de percepção decorre de uma causa subjacente mais importante: a classe trabalhadora *não possui consciência de si*.

Não se trata, portanto, somente de carência de conhecimento, mas também de certa fragilidade existencial. Não ter consciência de si é um tipo de carência que não pode ser sanada por acréscimo de conhecimentos. Esse estado deficitário só pode ser superado por uma mudança qualitativa da própria consciência que passa a ver-se a si mesma tal como é – e não como parece ser. Ao tomar-se como objeto, a classe trabalhadora conseguiria ver a si realmente como é. Ao obter essa flexão, cairia o véu da inconsciência que recobre sua condição imediata. Somente essa mutação qualitativa da consciência poderia conduzir a classe trabalhadora a agir como tal. Isto é, a agir como se fosse um ser coletivo unitário, na medida em que ela se reconheceria como *uma* classe.

Segundo aquela perspectiva corrente e difundida – que tentamos apreender aqui – o problema da classe trabalhadora, sua deficiência, não equivale inteiramente à carência de conhecimentos que caracteriza a sociedade do conhecimento científico. Sua carência básica é que ela não se articula como uma classe. Ela não adota a condição de existência que é típica da classe e que poderia lhe fornecer uma consciência completa de si mesma e, por isso, um ser unitário.

O termo *classe* não é um mero acidente de designação. Ele indica justamente a necessidade de unidade da diversidade. Uma classe é o conjunto de todas as coisas que se subordinam a um conceito. Esse último abriga todos os membros da classe. Mas, ao nos referirmos a um determinado conceito não citamos a cada um de seus elementos em particular. Por isso, o modo de ser de uma classe é a universalidade. Para que uma classe seja efetivamente uma classe, ela deve incluir a todos sob determinada designação unívoca. Porém, todos estão incluídos ali sob uma modalidade universal. Para fazer parte da classe, o elemento particular deve se subordinar a ela, abandonar a condição da particularidade que o torna um ser ao lado dos demais. Vemos aqui a necessidade de uma mutação qualitativa na constituição da classe no sentido indicado: a particularidade deve se converter em universalidade. A multiplicidade dos seres deve se subordinar à unidade superior da classe em que se encontram incluídos.

Esse é o requisito existencial para que a classe trabalhadora brasileira se converta efetivamente em uma *classe*. A unidade a ser obtida pelos trabalhadores é que faz com que a classe seja uma classe. Tudo reside, então, na possibilidade ou não de se obter a constituição da classe, a devida integração dos elementos dispersos que se subordinam à uma instância mais elevada.

A dispersão sem unidade é o pior que pode ocorrer a uma classe. Assim, se um sindicato não está alinhado aos demais, se alguns trabalhadores não adotam os mesmos padrões comportamentais políticos que os demais – não votam nos mesmos candidatos, por exemplo – tudo isso depõe contra a universalidade da classe, contra sua plena consciência de si. A fragmentação é o inimigo por excelência da classe na medida em que a mantém pulverizada e impede que ela se constitua como uma forma de vida unitária. Não se trata somente de unificar a consciência dos elementos, mas também de fornecer um sentido exclusivo para as ações desse ser coletivo. A dificuldade da classe fraturada em se converter em classe efetiva reside na sua capacidade em dar-se um ser integral e apresentar-se na prática como a unidade de muitos.

A fragilidade da classe trabalhadora brasileira naqueles eventos políticos a que me referi acima dizem respeito justamente à falta de alinhamento entre as partes que a compõem. Os agentes que se comportam contra o interesse de sua respectiva classe não se sentem devidamente integrados a ela. A ignorância sobre a que classe se pertence é um fator importante aqui. A falsa consciência que se possui como um elemento particular cria obstáculos para a consolidação da universalidade. Isso amplia a fragmentação e a dispersão das vontades. Na ausência de uma intencionalidade única, os elementos agem sem sinergia e de maneira errática: cada um segue em uma direção. Por isso, eles se tornam presa fácil de interesses estranhos aos de sua própria classe.

Existe, então, uma falsa consciência de si da classe que gera uma percepção dos elementos na sua particularidade imediata. Indivíduos que se percebem como estranhos à classe trabalhadora – sendo trabalhadores – estão dominados por essa falsa consciência. Eles pensam que são o que não são. Sua verdadeira consciência, aquela que permite que eles se representem como são, afirma que eles são membros da classe. Essa perspectiva não contaminada por formas estranhas de auto representação, expressa a verdade superior da universalidade.

Claro que isso também implica naquela diferença relativa à condição existencial: existir como uma particularidade é diferente de existir subordinado à universalidade, integrado a uma classe. O problema da classe trabalhadora é entendido, nesses termos, como a necessidade de superar a falsa consciência de si e atingir uma forma superior em que a classe se entende e age como *uma* classe. Essa forma superior é a forma verdadeira. Para isso, se requer aquela mutação qualitativa da consciência que passa a perceber-se como a unidade superior da diversidade e, em função disso, concede a si mesma a possibilidade da unidade de ação.

Essa mutação qualitativa, a eliminação de uma visão falsa das relações políticas, passa pela superação da condição individual, da situação de isolamento em que os seres humanos se encontram empiricamente. Isso quer dizer que a condição existencial individual, a situação de isolamento, é uma falsificação, uma aparência que necessita ser superada. A condição autêntica do ser humano é a classe. Dessa perspectiva só há duas posições possíveis para um ser humano: o estado de falsidade individual e o estado de verdade classista. A classe é uma condição superior da natureza humana enquanto que o indivíduo é uma má representação de si, um estado precário que necessita ser ultrapassado para que a verdade assuma o controle da consciência e da ação.

Dessa maneira, notamos que a classe é entendida como uma comunidade ética humana de nível superior. Para que ela se consolide, é necessário ultrapassar a fase dos átomos dispersos e consolidar a unidade de ordem superior. Claro que isso não exclui também a superação da própria condição de classe no interior de uma comunidade ainda

mais verdadeira – uma sociedade sem classes. Mas não precisamos, aqui, avançar tanto. Basta reconhecermos a mutação existencial que se faz necessária para que um indivíduo passe a se perceber como membro de uma classe.

Ela indica que a classe é um estágio moral superior à condição individual. O apego a essa última consiste em perseverar na visão falsa acerca da real situação dos seres humanos. Daqui se torna possível perceber também que o espectro de explicações de ações políticas – que tentamos apreender aqui – exige o postulado de que o indivíduo necessita ceder o passo para a classe. Caso isso não ocorra, estaríamos diante daquilo que ilustra a falsa consciência da classe trabalhadora no Brasil: ela pensa e age contra si mesma, contra os interesses de sua classe porque não se mostra capaz de pensar e agir como classe.

Essa perseverança da particularidade em si mesma atua no sentido de solapar a classe e sua consciência. Afinal, trata-se de que o indivíduo permaneça enquistado como a unidade definitiva, negando-se a ceder terreno àquela dimensão superior da moralidade, à condição de classe. O desenrolar esperado é que o indivíduo ceda o passo à classe, que ele se subordine à instância universal e abandone a perspectiva moralmente limitada da particularidade. A narrativa que se impõe aqui remete à necessidade de progresso, de ultrapassagem da perspectiva individual em benefício do ente coletivo da classe.

Nessa maneira de pensar se afirma a validade de uma narrativa impositiva acerca de eventos históricos. A classe é uma etapa que necessita se consolidar para que o progresso avance em determinada direção – para uma sociedade de classes e não de indivíduos, ao menos em um primeiro momento. Um obstáculo para essa marcha adiante consiste em aferrar-se a um momento que, pela narrativa do progresso, deveria ser superada e abandonada como um estágio inferior ou inadequado. Há a marcha da história, o caminho da verdade e há a teimosia da particularidade que não pensa como classe e persevera na condição de fratura. Aquilo que deveria se diluir no processo, revelar-se como falso, insiste em permanecer e se torna um anacronismo, uma persistência não histórica e fossilizada.

Grosso modo esse é o padrão de explicações para a perseverança no estágio inferior em que não há classes, mas somente indivíduos. Trata-se de uma manifestação deficitária, de incapacidade em assumir uma consciência verdadeira e mais robusta sobre si mesmo. A incapacidade de pensar e agir como classe diz respeito a uma deficiência moral – talvez à falta de coragem e determinação de fazer avançar o ritmo histórico na direção que lhe seria própria ou de se mostrar capaz de assumir sua própria condição existencial. Não há mais que duas opções aqui: ou seguimos em direção à classe ou ficamos pelo caminho em alguma posição intermediária e, portanto, inferior – despejados do ritmo da história e do progresso da humanidade. Nesse caso, a história não se cumpre e a condição humana se acomoda em uma situação de minoridade moral e de falta de progresso autêntico.

Tudo aqui depende de assumirmos que há um sentido na história, que existe algum tipo de evolução moral da humanidade em determinada direção – a da classe. Essa narrativa possui conexões estreitas com a noção hegeliana de progresso histórico² e tornou-se tão dominante no ambiente contemporâneo que dificilmente podemos pensar as sociedades humanas sem ela. Observe porém que a geração desse mesmo autor, propunha na sua juventude, um retorno ao mundo grego antigo como o caminho natural

² HEGEL, *Lecciones sobre la filosofía de la historia universal*, 1989.

para a cultura europeia e não um avanço em direção a um futuro substancialmente diferente. Isto é, a narrativa do progresso embora seja extremamente influente não é única e possui, ela mesma, uma história que hoje é difícil de perceber³ dada a hegemonia que ela obteve. Seja como for, hoje ela se mostra extremamente influente e serve como referência – mesmo que de forma tácita – para as explicações correntes acerca das carências da classe trabalhadora brasileira.

Antes disso, Rousseau⁴ havia proposto algo semelhante ao postular a noção de *vontade geral*: “Logo, ao invés da pessoa particular de cada contratante, esse ato de associação produz um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quanto a assembleia de vozes, o qual recebe desse mesmo ato sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade” (sic). Ou seja, ele indica justamente um tipo de conjunção de indivíduos em que o nível individual é superado pelo coletivo, de tal forma que se obtenha uma integração existencial da multiplicidade. Como se pode notar, os termos utilizados se aproximam de nossa descrição de *classe*.

Essa noção de uma comunidade ética superior possui uma forte tradição na cultura europeia. Ela pode ser conectada, por exemplo, à proposta platônica de uma vida política organizada como um corpo.⁵ Assim, cada cidadão, responsável por determinadas tarefas – produtivas ou guerreiras, por exemplo – integra-se harmonicamente em uma instância que transcende a todos os particulares. Essa instância supera a fragmentação dos indivíduos e fornece finalidades específicas para cada tipo de cidadão enquanto se orienta por um fim superior, próprio da totalidade do corpo político. Ela articula-os por meio de uma subordinação funcional em que cada um realiza algo diferente enquanto contribui para a vida coletiva.

Também podemos conectá-la à noção teológica de *Igreja*. Trata-se da descrição do corpo místico de Cristo feita por São Paulo em 1 Coríntios 12:12: “Ora, assim como o corpo é uma unidade, embora tenha muitos membros, e todos os membros, mesmo sendo muitos, formam um só corpo, assim também com respeito a Cristo”. A Igreja consiste em um corpo de ordem superior a que os membros integram-se através da superação de sua condição natural. Nesse caso, a condição inicial é a da particularidade, imersa no pecado e na morte do homem descrente. A unidade desse corpo místico é garantida pelo perdão, capaz de reintegrar aqueles que se desviam e recaem na condição de particularidade do interesse próprio. Afinal, é por meio do perdão que as particularidades retornam ao seio da comunidade moral dos crentes e superam o estágio da soberba e do isolamento. Ele garante a possibilidade de (re)constituição do corpo de Cristo ao subordinar as particularidades em uma unidade moralmente mais elevada. Os cristãos devem entregar-se à Igreja e fundir-se em um único ser por meio de Cristo.

Em todos essas proposições, observamos um mesmo padrão na orientação das ações e das disposições psicológicas – independentemente do que é próprio a cada situação política e religiosa: a integração em uma instância universal funciona como uma etapa responsável pelo aperfeiçoamento moral e político dos seres humanos. Nesse contexto, a afirmação da particularidade resistente é uma forma degradada e menor. Ela se identifica com a soberba, com o egoísmo, com a fragmentação, com o pecado e com a falsa consciência de si. A persistência da particularidade em sua própria condição

³ HEGEL, *L'esprit du Christianisme*, 2003.

⁴ ROUSSEAU, *Do contrato social*. s.d., p. 17

⁵ PLATÃO, *A República*, 1993.

fragmentária é, em todos os sentidos indicados, uma condição a ser superada em benefício da efetivação do bem coletivo maior, da integração dos elementos.

Não é preciso aqui sugerirmos mais do que o necessário. Não estamos propondo que existam raízes cristãs do conceito marxista de classe. Existem óbvias conexões culturais que remontam, ao menos, ao mundo grego antigo e ao Cristianismo do primeiro Século. O conjunto despretenhoso das indicações que fizemos sugere um padrão narrativo e cultural que pode ser reconhecido e ampliado com relativa facilidade pelo próprio leitor. Esse padrão equivale à proposição de que a particularidade deve conceder prioridade à universalidade, ela deve abandonar-se a uma mutação que equivale ao seu próprio aperfeiçoamento. A perseverança na condição particular é revestida de caracterizações altamente negativas.

No interior dessa lógica ocidental de superação da particularidade em benefício da universalidade aquelas ações da classe trabalhadora brasileira soam como irracionais ou autodepreciativas. Afinal, do ponto de vista predominante no ocidente, as ações recomendadas dizem respeito ao abandono da dimensão particular da existência em benefício da instância moral superior. Seria da ordem do desenvolvimento e da evolução do gênero humano esse passo adiante.

Desse ponto de vista, o comportamento perseverante da classe trabalhadora brasileira lança-nos para fora da corrente que tem predominado no ocidente: os processos civilizatórios parecem caminhar na direção do fortalecimento da universalidade. Seja com respeito à adoção de uma temporalidade *única* em detrimento dos diferentes ritmos naturais, seja pelo uso da moeda como regime *universal* de troca, seja através do Estado como *substância* política dos cidadãos, seja pela *integração* do indivíduo sob uma autoridade interior que denominamos de subjetividade, em tudo isso vemos operar um mesmo padrão integrador e universalista.⁶

Desse ponto de vista, intimamente conectado ao sentido dessa narrativa ocidental, a classe trabalhadora brasileira resiste ao progresso, persiste na particularidade e na fragmentação, fragiliza sua consciência de si e, portanto, compromete a força de sua vontade e a conseqüente capacidade de ação. Carência de consciência e impotência da vontade são atributos com os quais nomeamos repetidamente nosso estado deficitário. Refiro-me a nós, os brasileiros e não só a classe trabalhadora brasileira.

2. Cultura brasileira

Porém, necessitamos averiguar se não há outras possibilidades interpretativas sobre as ações dotadas pela classe trabalhadora brasileira acerca daqueles acontecimentos recentes a que me referi antes. Afinal, o que realizamos até aqui foi o confronto de uma situação concreta contra o pano de fundo de uma influente narrativa ocidental. Poderíamos tentar compreender a situação de uma perspectiva íntima à dinâmica da própria classe trabalhadora brasileira. De outro ponto de vista, mais atento às nuances de nossa própria cultura, talvez possamos obter um resultado distinto e que nos retire da incômoda situação deficitária em que recaímos sempre que se realizam comparações entre o que temos sido e os rumos adotados pela cultura ocidental.

⁶ ELIAS, *O processo civilizador*, 1993.

Pode ocorrer que rumos já consagrados no ocidente tenham sido convertidos em narrativas e propostos aos neófitos como a única forma adequada de julgar e proceder. Podemos suspeitar que aquela narrativa ocidental e sua influência sejam somente a expressão da necessidade de auto afirmação da própria cultura europeia. Isso pode ampliar nossas perspectivas e tornar nosso alinhamento com aquela narrativa um pouco menos automático do que tem sido.

Não se trata aqui de propor um ponto de vista que seria, por alguma característica, epistemologicamente superior àquele que nos é fornecida pela narrativa ocidental. Trata-se somente de uma alternativa que pode ou não se mostrar mais ajustada ao que temos sido. Nesse caso, sua virtude se limitaria a uma maior proximidade com relação à cultura brasileira.

Ao contrário da tendência ocidental a constituir uma narrativa de progresso, a cultura brasileira se inclina para os procedimentos de justaposição.⁷ Isso significa que ela desenvolveu uma modalidade de conjugação de valores muito específica. Em vários âmbitos da vida brasileira notamos um padrão de convivência entre valores diferentes, sem que isso redunde em uma ultrapassagem, em abandono de uma figura em benefício de outra, em desenvolvimento e progresso. Essa blindagem contra o amadurecimento gradual é operado pela capacidade de produzir sínteses através da justaposição de elementos.

Por meio dela, conjuntos de valores incompatíveis entre si ou claramente contraditórios são dispostos em uma mesma superfície, sem que se note, na totalidade do arranjo, um movimento em uma direção específica. Podemos ilustrar esse padrão de operações culturais, esse arranjo de valores, com exemplos ligados à conjuntura que nos interessam aqui.

As primeiras iniciativas do governo Bolsonaro podem ser consideradas medidas destrutivas. Algumas declarações do próprio presidente salientam o aspecto institucionalmente corrosivo de seu governo. A tentativa de fragilizar as leis de trânsito com o objetivo de preservar um comportamento livre de constrangimentos faz parte dessas iniciativas do Presidente. Eliminar a obrigatoriedade do uso das cadeiras infantis em automóveis consiste em destruir a legislação que protege as crianças.

Sabemos que a ampliação dos regramentos sociais implica na redução de riscos para os cidadãos. É um dever republicano do Estado gerar a máxima proteção para a população, a despeito do prejuízo em termos de limitação dos comportamentos que passam a ser entendidos como danosos. O enfraquecimento do papel do Estado promovido pelo Governo Bolsonaro significa uma abdicação desse espírito republicano de se priorizar o bem comum contra o interesse individual.

Esse tipo de iniciativa de desregulamentação e de desoneração da responsabilidade do Estado é uma característica dessa Presidência. Podemos perceber esse padrão antirrepublicano no aumento do preço dos alimentos e dos combustíveis, na ampliação da fome e do desemprego, na agressão ao meio ambiente, no enfraquecimento das instituições responsáveis pela manutenção da lei e da ordem, nos sistemas de regulação das relações de consumo etc. Em todos esses elementos, se identifica alguma iniciativa voltada para diminuir o interesse do Estado pelo bem comum. Como esse espírito republicano já estava relativamente consolidado, em função da sedimentação

⁷ SILVEIRA, *Apresentação do Brasil*, 2018.

gradual de uma série de elementos previstos pela Constituição de 1988, o Governo Bolsonaro fomentou a destruição do republicanismo.

De fato, quando adotamos uma perspectiva mais ampla, percebemos que havia no Brasil um movimento em curso de consolidação do espírito republicano, de ampliação gradual dos valores previstos pela Constituição de 1988. Se pode identificar um processo de amadurecimento institucional em curso que foi interrompido no Governo Bolsonaro. Essa segmentação do ritmo dos acontecimentos, essa alteração na direção que vinha sendo seguida, as mudanças abruptas e destrutivas é que caracterizam a cultura brasileira. Observe que o início da interrupção do ritmo não se deu exatamente no governo Bolsonaro, mas nas manifestações que precederam o impeachment de Dilma Rousseff.⁸ O Governo Bolsonaro ampliou o grau de interrupção e fez o Brasil avançar contra si mesmo, em uma direção oposta àquela que havia tomado a partir da promulgação da Constituição de 1988.

Essa situação de interrupção na vigência de valores, de fragmentação de processos, de cortes abruptos na lógica de maturação e de desenvolvimento dos processos é típica do Brasil. O que se nota nela é o relativo predomínio de valores sem que se estabeleça uma hegemonia plena e durável capaz de dar *uma* forma claramente perceptível à totalidade. A justaposição permite uma certa convivência entre estratos de valores antagônicos, porém sem que nenhum deles obtenha efetivo domínio sobre a totalidade do ambiente.

Esse procedimento permite a recepção e a absorção de toda sorte de elementos culturais, na mesma medida em que os desabilita para a hegemonia. Simultaneamente se promovem duas características: a receptividade e a anulação relativa. Em nenhuma circunstância se estabelece uma negação simples, uma barreira de contenção, uma aversão que impeça a recepção de novos elementos. Pelo mesmo motivo, para que a receptividade possa se manter eficiente, nenhum domínio completo pode ser tolerado. Afinal, o domínio de um conjunto de valores cria a necessidade de exclusão daquilo que se mostra incompatível com ele. A integração e a subordinação envolvem a exclusão daqueles elementos que não podem ser integrados e subordinados.

De fato, a hegemonia de alguns elementos culturais exige a dimensão da profundidade, a abertura de um processo gradual de amadurecimento que deve conduzir à plena aculturação do ambiente em questão. É o domínio exclusivo que permite que a cultura assuma uma configuração capaz de integrar a totalidade da vida. O amadurecimento, o progresso só fazem sentido em uma situação cultural que solicita a integração, que a tem como uma finalidade permanente e orientadora. Assim, se pode identificar em cada etapa efetiva o grau de integração obtido.

Entretanto, quando o regime cultural é o da justaposição, o ambiente permanece altamente receptivo e, ao mesmo tempo, incapaz de produzir gestações de longo prazo, processos de acumulação gradual, progressos e maturações consistentes. Para manter a novidade e o frescor, a configuração cultural oscila, se fragmenta, produz reversões constantes e impede que a profundidade se apresente. A justaposição é um regime cultural superficial não porque seja menor – como o uso do termo poderia sugerir. Se trata de uma modalidade de arranjo cultural que cria obstáculos aos processos de maturação e dispõe os elementos em um mesmo plano de modo a manter a máxima potencialidade e exuberância da diversidade.

⁸ SILVEIRA, *O que o impeachment diz sobre o Brasil?*, 2016.

3. A malandragem da classe trabalhadora

Podemos, agora, retornar ao comportamento da classe trabalhadora em termos diferentes daquela que predominam nas comparações com os processos de amadurecimento ocidentais. Parece óbvio que ela age no mesmo sentido indicado pelos procedimentos de justaposição da cultura brasileira.

Comprometer-se com uma linha de ação exclusiva implica em colocar-se em marcha em uma direção específica. Isso significaria a disposição da classe trabalhadora em desenvolver-se como classe, em assumir integralmente sua condição de *um* agente político. Pensar e agir de acordo com alguns parâmetros implicaria em comprometer-se definitivamente com uma maneira de ser e, portanto, sacrificar sua potência original em benefício do amadurecimento moral. A constituição da personalidade de classe exige adotar uma existência regrada a partir de alguns elementos em particular que a conformariam. Isto é, ela deve colocar-se em uma posição fixa no espectro político, ela deve estar comprometida com alguns valores, ela deve agir no sentido de concretizar tais valores sempre, sejam quais forem as circunstâncias.

As ações de classe exigem a subordinação da totalidade de seus aspectos a uma mesma finalidade. É essa finalidade que deve reger o processo de obtenção de uma consciência de classe, de uma visão clara sobre quem ela é. Mas ela também deve se tornar dominante no plano da ação. O comportamento da classe como classe deve refletir no seu próprio nível a hegemonia daquela finalidade e, portanto um vigor e uma determinação de sua vontade naquela direção específica. Tudo na classe deve se configurar a partir de um mesmo conjunto de valores, de tal forma que a classe se torne *íntegra* sob eles, inteiramente subordinada.

Podemos notar como a linguagem usual está crivada por aquela narrativa ocidental e pelo valor absoluto do progresso que ela encampa. Por isso, *ser íntegro* ou *ter caráter* são expressões que indicam virtudes, qualidades morais inquestionáveis. Essas expressões envolvem justamente a adoção do amadurecimento gradual como um valor absoluto e exigem da classe trabalhadora as ações de integração existencial que estão implicadas nelas.

Entretanto, a classe trabalhadora brasileira toma um rumo distinto, aquele que é típico do ambiente cultural brasileiro. Ela assume como princípio a manutenção de uma enorme potência de assimilação. Para permanecer sempre disponível para novos valores, a classe trabalhadora não assume compromissos definitivos consigo mesma. Isto é, ela não se coloca na posição de constituir-se gradualmente como uma classe e submeter seus elementos particulares a um regime existencial exclusivo.

Seu artifício é ser uma classe trabalhadora que não se constitui como uma classe trabalhadora. Poderíamos ser tentados a dizer que se trata de uma classe em processo de tornar-se uma classe, de uma classe trabalhadora jovem e que ainda não obteve uma plena consciência de si. Mas isso é só uma aparência que a classe trabalhadora brasileira assume quando vista da perspectiva daquela narrativa ocidental do progresso.

Vejamos isso com cuidado. Ela não é jovem no sentido de estar *ainda* sem as plenas condições de maturação necessárias ou por se encontrar em um estágio intermediário de seu desenvolvimento. Ela é jovem porque seu estado permanente é o da indefinição de sua personalidade. Como ela não se encontra em um estágio de

desenvolvimento particular, este não será sucedido por um outro mais elevado – segundo a ordem ocidental esperada de maturação moral da classe. Sua personalidade permanece relativamente indefinida porque, mesmo quando assume algum propósito, ainda assim ela pode alterar o rumo de suas ações na direção contrária, distorcendo o sentido do progresso e a consumação de uma personalidade definitiva.

A classe trabalhadora brasileira se esquia permanentemente de se tornar uma classe trabalhadora, de fornecer para si mesma um ser integral, subordinado a uma unidade superior. Observe que ela não se nega a ser uma classe e pode, inclusive, reivindicar a posição de classe no debate político. O que ela realiza é mais sutil do que uma negação simples ou a criação de uma barreira que recua diante das determinações particulares. A sutileza consiste em que ela assume a condição de classe ao mesmo tempo em que impede que essa condição se torne dominante no seu interior. Essa é a malandragem da classe trabalhadora: ela promete constantemente tornar-se classe, mas nunca se consolida como tal – ela faz que vai e volta do meio para trás. A classe trabalhadora brasileira é safa e matreira, caminha de lado, sem tomar uma direção única e perceptível.

Porém, não se trata aqui de um procedimento gestado com propósitos enganadores. A classe trabalhadora brasileira não se propõe a gerar um efeito de cena para iludir expectadores, analistas e acadêmicos desavisados. O aspecto cênico se impõe porque ela se esquia de ser *uma* classe, enquanto existe como classe. Ela é uma classe que opta por não se tornar uma classe. Por isso, ela mantém sobre si mesma a enorme capacidade de – um dia quem sabe – ser uma classe. Se trata de adotar uma modalidade de existência permanentemente promissora, aberta e receptiva. Que, por isso mesmo, não pode caminhar na direção contrária à integração e à subordinação de sua própria vida que lhe forneceria uma feição definitiva e a converteria em classe.

Essa é a malandragem. Ela só parece enganadora para quem se orienta por aquela narrativa ocidental do progresso e julga o que se passa com a classe trabalhadora brasileira. Como daquele ponto de vista se espera que se afirme um processo de concretização da personalidade de um ser coletivo, se gera a expectativa de que isso também ocorra com relação a esta classe. Como isso não ocorre, se produz o efeito psicológico da decepção.

Mas gerar engano não é intenção da própria classe trabalhadora brasileira. Esse efeito é produzido pelos intérpretes que insistem na subordinação da classe trabalhadora brasileira àquela narrativa ocidental. Nesse caso, a desilusão não diz respeito ao comportamento da classe trabalhadora e sim às próprias expectativas que tendem a ser permanentemente frustradas diante da malandragem.

Somente a partir dessa expectativa ocidental é que os intérpretes se desiludem com a falta de compromisso, com a ausência de uma direção segura nas ações, com certa infantilidade típica da falta de caráter e com a fragilidade de uma vontade que oscila – inclusive no plano político. Tudo indica que, nesse caso, se trata mais propriamente de um autoengano provocado pela narrativa assumida desde o ponto de partida. A decepção é um efeito do modo como se tenta entender as ações da classe trabalhadora, mas não dizem respeito às próprias ações.

A malandragem da classe trabalhadora é uma forma de vida, uma modalidade de experiência, uma padrão de ações que permitem a manutenção da vitalidade original e de uma enorme receptividade a tudo que é estranho. É essa malandragem que impede que a classe trabalhadora se concretize como classe, se torne íntegra e realize ações

definitivamente compatíveis com seus próprios interesses de classe. A malandragem equivale a esquivar-se de se tornar uma, de afirmar-se como possibilidade exclusiva, de adotar definitivamente uma direção em particular, de adotar um caráter.

Uma classe trabalhadora orientada pela malandragem não pode mesmo consolidar um padrão de conduta ajustado a seus interesses porque ela não os possui em definitivo. Quer dizer, ela certamente possui interesses como classe, mas eles não se aprofundam na sua vida, não se tornam dominantes e hegemônicos no seu interior. Não sendo exclusivos, eles não podem ser efetivamente seus interesses – embora sejam seus interesses de certa forma superficial. Em função da esquiva com a qual a classe trabalhadora opera, eles roçam a sua superfície mas não a comprometem definitivamente com uma direção unívoca e consistente. Os interesses a atingem de passagem porque essa é a sua modalidade de existência. E ela só pode ter experiências segundo essas disposições prévias que a tem constituído.

O comportamento da classe trabalhadora brasileira é oscilante, sua vida não é regrada, ela não possui compromissos com o progresso de sua própria condição – com um estado de classe madura ou autoconsciente. A classe malandra pode até mesmo agir contra aquilo que, de uma perspectiva externa, chamamos de interesse próprio. Ela se movimenta sem uma direção claramente perceptível em longo prazo. Ela até pode dar a entender que está comprometida com uma determinada linha de ações – por exemplo, com alguma aliança com partidos da esquerda do espectro político.

Porém, como ela não se constitui por meio de um arranjo interno exclusivo, mesmo esse compromisso, que parece básico, pode ser rompido. Afinal, ela não age como uma classe porque não se caracteriza pela integridade, pela ação homogênea e constante. Então, mesmo declarações de intenções no sentido de indicarem um compromisso desse tipo, tendem a não se cumprirem. Aquela máxima atribuída a Espinosa,⁹ segundo a qual toda determinação é uma negação, não se aplica aqui. Afinal, a malandragem permite a determinação sem convertê-la em um estreitamento da potência original. Ou seja, ela permite assimilar a particularidade sem convertê-la em uma negação de possibilidades alternativas.

Sem unidade interna a classe trabalhadora não pode movimentar-se como um único ser, impor a si mesma uma direção constante. Por isso, suas declarações não podem ser tomadas a sério, como se refletissem uma personalidade comprometida e um caráter. Tudo nela oscila, tudo pode tomar outro rumo, tudo escorre sobre a superfície lisa de sua existência. A malandragem da classe trabalhadora a torna jovem e indeterminada. Mas essa juventude não é uma promessa de uma vida futura sólida. A malandragem tem sido sua condição de existência.

⁹ ESPINOSA, *Correspondência*, 1988.

Referências

- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Trad. Ruy Jungmann, revisão e apresentação Renato J. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ESPINOSA, Baruch de. *Correspondencia*. Introducción, traducción, notas e índices de Atilano Domínguez. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *L'esprit du Christianisme et son destin*. Textes réunis, introduits, traduits et annotés par Olivier Depré. Paris: J. Vrin, 2003.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Lecciones sobre la filosofía de la historia universal*. Traducción de Jose Gao. Madrid: Alianza editorial, 1989.
- LAMAS, Bruno. *Classe em Marx e Engels*. Disponível em: https://www.academia.edu/34800940/Classe_em_Marx_e_Engels_Antologia_de_textos. Acesso em: 16 ago. 2022.
- PLATÃO. *A República*. Introd., trad. e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato social*. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social e outros escritos*. Trad. Rolando Roque da Silva. São Paulo: Editora Cultrix, s/d.
- SILVEIRA, Ronie Aleksandro Teles. *Apresentação do Brasil*. Porto Alegre: Fi, 2018.
- SILVEIRA, Ronie Aleksandro Teles. O que o impeachment diz sobre o Brasil? *Capoeira*, v. 2, n. 2, pp. 42-52, 2016.

SOBRE O AUTOR

Ronie Alessandro Teles da Silveira

Doutor. Professor de Filosofia na Universidade Federal do Sul da Bahia (Porto Seguro). *E-mail:* roniefilosofia@gmail.com.